

Livro: De olho em D. Pedro II e seu reino tropical**Autor: Lília Moritz Schwarcz**

O primeiro e único monarca nascido no Brasil.

Foi um animador da fotografia e ele próprio um fotógrafo amador. Sua preocupação com a divulgação de sua imagem, ou de representações do seu Estado, era evidente, e ele nunca descurou do poder das imagens.

A ideia é, assim, recuperar a história de Pedro II (nosso primeiro e único monarca nascido no Brasil), utilizando fartamente as pinturas e imagens que envolveram sua figura e acabaram por construí-la e legá-la à memória.

Por isso, no nosso caso em particular, é relevante refletir não tanto sobre a qualidade das telas e retratos, e mais a respeito das suas potencialidades enquanto criadoras de imaginários sociais; de representações oficiais. Além do mais, vale a pena destacar que o próprio d. Pedro II se preocupou em legar sua própria imagem. De um lado, e como veremos com mais vagar, cercou-se de pintores, literatos, escultores, poetas e mais tarde de fotógrafos; todos interessados em veicular sua imagem pública. De outro, após seu banimento em 1889, doou sua coleção de fotos - a Coleção Teresa Cristina - à Biblioteca Nacional, como se quisesse, premeditadamente, perpetuar sua memória; um tipo de memória.

A bandeira nacional, por exemplo, também concebida nesse contexto, deixava evidentes os vínculos com a tradição imperial: o verde, cor heráldica da Casa Real Portuguesa de Bragança, à qual pertencia o imperador; o amarelo, cor da Casa Imperial Austríaca de Habsburgo, da primeira imperatriz. Diferentemente do que contam os nossos manuais cívicos, as cores da nossa bandeira nada tinham a ver, originalmente, com floresta, ouro ou céu do Brasil. Aqui temos, na verdade, um exemplo de redefinição cultural: elementos tradicionais do armorial e dos brasões europeus passam a representar uma nova realidade física, destituídos de seu significado anterior. Isto é, como hoje em dia não podemos dizer que as cores de nossa bandeira são uma homenagem às casas reais, mudamos não o seu desenho ou colorido: apenas o seu significado.

D. Pedro I iria se indispor com as elites locais, outorgaria a nossa primeira Constituição, em 1824, e, na dúvida entre escolher um dos dois reinos - o do Brasil ou o de Portugal - ficar com os dois. Para tanto, deixa Pedro de Alcântara no Brasil e parte para Portugal com D. Maria da Glória. Engana-se, pois, quem acha que "quem foi para Portugal perdeu o lugar". Nesse caso, d. Pedro I garantiu os dois reinos. Aliás, Pedro I partiu do Brasil em 1831 e não retornou em nenhuma outra oportunidade.

Na verdade, desde o nascimento do futuro monarca, sua imagem foi esculpida, cuidadosamente, de maneira oposta à de seu pai. Se d. Pedro I ficaria para a história como voluntarioso, Pedro II seria conhecido por seu caráter reflexivo. Se o pai nunca escondeu as amantes que teve, já o filho foi sempre cauteloso nesse sentido. E nossa história se inicia no dia 2 de dezembro de 1825, quando a corte do Rio de Janeiro

acordou com o estrondo das salvas de fortalezas e navios. Era o príncipe herdeiro que nascia; o primeiro genuinamente brasileiro, a promessa e o resumo das esperanças nacionais. Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga era um grande nome para um monarca tão pequeno. O tamanho do nome revelava, porém, a dimensão da mística e as aspirações que giravam em torno do "pequeno príncipe", o qual acumulava a herança de tantos reis e rainhas que o precederam. Além do mais, se o reino era recente, o novo soberano carregava em seu nome uma tradição antiga o suficiente para ele se legitimar no território tropical.

D. Leopoldina, mãe de Pedro de Alcântara, morre jovem, pouco depois do herdeiro completar 1 ano de vida. Ela que era a herdeira dos poderosos Habsburgo da Áustria. O menino órfão, tinha somente suas irmãs Januária e Francisca.

Quando D. Pedro I parte para Portugal para recuperar o trono para sua filha, Pedro de Alcântara tinha somente 5 anos e ficou aos cuidados do seu tutor José de Bonifácio de Andrada e Silva.

Foi com a criação em 1840 do Clube da Maioridade que a antecipação da ascensão de D. Pedro II ao trono ganhou forma. Assim, em 1841, aos 14 anos de idade, ele foi coroado o novo imperador.

Era como se o Golpe da Maioridade pusesse um fim às divisões, acabasse com os movimentos e literalmente coroasse o país.

Mas era preciso casar o rei para que ele fosse de fato reconhecido como adulto. À moda das cortes europeias, a noiva foi encontrada sem a participação de d. Pedro, que, diziam, corava ante a ideia do casamento. Em 23 de julho de 1843 chegava a escritura e um pequeno retrato de Teresa Maria Cristina, princesa das Duas Sicílias. Não fora fácil encontrar uma esposa para o pai, acusado de ter matado a primeira mulher, e para o filho a situação não se alterara. Por isso, a noiva vinha de uma casa real reconhecida mas de menor importância dentro da "constelação de princesas à disposição". Nos retratos que o jovem recebeu, ficavam expostas as qualidades físicas da futura imperatriz, porém minimizados os seus defeitos: a falta de cintura, o andar coxo, o rosto duro. Mais uma vez, a imagem se impunha à realidade, e nosso rei sonhava com uma idealização.

Após uma longa viagem, chegava Teresa Cristina, e a primeira impressão do imperador teria sido de desapontamento.

E d. Pedro "cumpriria com seu dever": em 1845 nasce o primeiro filho do casal, d. Afonso, que não passaria do primeiro ano de idade. Em 1846 viria Isabel e, em 1847, Leopoldina.

1870-1885: O desgaste gerado pela Guerra do Paraguai começa a modificar a imagem do imperador perante a população. As viagens ao exterior (Egito e Nova York, por exemplo), alimentavam os anseios de D. Pedro II do ponto de vista social/intelectual e

serviam como válvula de escape das tensões locais. Ao mesmo tempo, eram alvo de críticas da imprensa brasileira: "o imperador ausente"; "o imperador omissor".

1886-1889: Monarquia desgastada... Movimento republicano ganhando força através dos militares... D. Pedro se arrastava no poder. A abolição da escravidão por sua filha, Isabel, representa um marco importante nessa virada de chave. Era questão de tempo e acabou acontecendo. É proclamada a república no Brasil e a família real é retirada do poder. Inclusive, saem Brasil de madrugada, na surdina.

Em 17 de novembro de 1889 ele parte e passa a viver a custa de amigos. Vem a falecer em 1891 por pneumonia. É enterrado na Europa, mas em 1939 seu corpo e de Teresa Cristina são trazidos para o Brasil para uma capela mortuária em Petrópolis.

É somente após sua morte que a história rompe o fim melancólico para ascender D. Pedro a uma lenda, um herói nacional.